

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África



Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África

Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
????????????????

ISBN
978-989-8074-57-7

DEPÓSITO LEGAL
????????????????????????????

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

**AS COMUNIDADES IMAGINADAS
REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO
DOS NACIONALISMOS AFRICANOS***

De um Congresso Internacional a um Encontro de reflexão

Pretendia-se que este encontro fosse um grande congresso internacional, iniciador de um processo que marcasse os inícios de uma História da África Contemporânea na Universidade de Coimbra, agora que já existe um conjunto de novos historiadores africanos e portugueses a trabalhar no tema. Infelizmente, por razões financeiras, não pôde passar de um conjunto de reflexões destes nossos historiadores, que, conjuntamente com outros investigadores de história e de história da literatura, antropólogos (e a Antropologia tem já uma longa vida na nossa Escola), e alguns poucos convidados, fosse um ponto de partida para esse tal congresso, que se deverá organizar noutra altura e que não me deverá ter como presidente, mas sim um historiador de África. Lamentavelmente ainda, por razões muito pertinentes, à última hora ainda teve de desistir de estar presente o Professor Patrick Chabal (do King's College), que era afinal o único historiador de África que viria de fora de Portugal, embora a sua comunicação seja publicada nestas actas do colóquio.

Assim, aqui estivemos nestes dois dias — nós, portugueses, um guineense, dois caboverdeanos e investigadores nascidos ou com experiência (mesmo que apenas com experiência de historiadores) de África (na Guiné, em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) — a apresentar algumas conclusões resultantes de provas académicas, já realizadas ou em curso, ou a reflectir sobre as nossas investigações ou sobre o trabalho que efectuámos tendo em atenção este velho continente negro que até há bem pouco tempo ainda se desejava que fosse o complemento da Europa. Tal como se desejou, primeiro, que o tivesse sido o “Novo Continente”, a América, cujo processo descolonizador se iniciou muito mais cedo, ou seja, a partir do século XVIII.

Tivemos como mote o tema desta X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, ou seja, o conceito de “Imaginação”, tema de rara oportunidade numa altura em que — a meu ver — a sociedade e a universidade está sem imaginação e se limita

* Esta comunicação foi escrita para encerrar o colóquio, pelo que conservo, em alguns detalhes, um carácter de oralidade.

muitas vezes a cumprir escrupulosamente um conjunto de normas que vêm de fora ditadas por uma sociedade neoliberal, globalizada (em sentido negativo e positivo) e pragmatista, mesmo que em nome de grandes valores, de que os mais vulgares são os da “excelência” ou da “sustentabilidade”. De resto, é esta falta de imaginação que tem impossibilitado que na minha Faculdade não tenha surgido como uma das áreas prioritárias de ensino e de pesquisa os Estudos Africanos, bem como os Estudos Orientais, dado que Portugal tem uma longa tradição histórica de presença em África e no Oriente.

O tema deste encontro, que começou aqui a ser reflectido pelo Professor Fernando Catroga, investigador e orientador dedicado também, entre outros temas, ao estudo das ideias de “nação” e de “nacionalismo”, teve como inspirador o livro de Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, cuja primeira edição data de 1983¹ e que teve recentemente uma edição em língua portuguesa. O título deste colóquio deve-se a uma ideia do Doutor Fernando Pimenta, que nos falou, a mim e ao Doutor Julião Soares Sousa, que verdadeiramente o organizou, conjuntamente com as Licenciadas Isabel Luciano e Marlene Taveira e o apoio, um pouco à distância, dos restantes elementos da Comissão Organizadora (Mestre Sérgio Neto e Licenciada Mariana Lagarto Santos), desta ideia, que aqui foi posta em prática, com as limitações já referidas.

O livro de Benedict Anderson e a historiografia sobre Nação e Nacionalismo

Verdadeiramente o livro de Benedict Anderson não é um estudo sistemático sobre os nacionalismos e muito menos sobre os nacionalismos africanos, que encontrou, sim, um digno intérprete, embora em termos de reflexão geral, na obra recente dirigida por Elikia M’Bokolo *Afrique noire. Histoire et civilisations*, publicada em 1992 e, numa edição mais recente, em 2004, que foi traduzida para português². A obra de Anderson trata-se afinal de um conjunto de reflexões sobre o tema dos nacionalismos, naturalmente já desactualizadas (como confessou o autor — de resto, neste mundo em mudança, o tema está sempre desactualizado), que foi objecto de muitos estudos gerais e específicos, entre os quais cita, em língua inglesa (a historiografia anglo-saxónica, como a francesa, é particularmente “nacionalista”) as obras de J. A. Amstrong (*Nations before nationalism*, 1982), John Breuilly (*Nations and the State*, 1982), Ernest Gellner (*Nation and nationalism*, 1983), Miroslav Hroch (*Social preconditions of national revival in Europe*, 1985), Anthony Smith (*The ethnic origins of nations*, 1986), P. Chatterjee (*Nationalism thought and the colonial war*, 1986) e Eric Hobsbawm (*Nations and nationalism since 1788*, 1990). E poderíamos juntar, por exemplo, Peter Alter (*Nationalism*, 1994) ou

¹ Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso, 1983. tradução portuguesa: *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.

² Elikia M’Bokolo *Afrique noire. Histoire et civilisations*, Paris, Hatier-AUF, 2004 (2.ª ed.), sobretudo tome II — *Du XIX.º siècle à nos jours*. Tradução portuguesa: *África negra. História e civilizações*, tomo II — *Do século XIX aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

até a obra didáctica, exclusivamente sobre o nacionalismo na Europa, traduzida para português de Timothy Baycroft (*Nationalism in Europe. 1789-1945*, 1998)³.

Portanto, o tema do nacionalismo torna-se muito vulgarizado, ainda que normalmente seja centrado no caso europeu, havendo raros casos em que a historiografia em forma de análise específica do tema se refira ao fenómeno, *sui generis* pela sua originalidade, de África. Pode, todavia, falar-se de algumas obras gerais que obviamente abordaram o assunto, de que se destaca o livro citado de M'Bokolo, *The Cambridge History of Africa* (1977-1988), coligida por J. D. Fage e R. Oliver, a obra em língua francesa publicada pela PUF, de C. Coquery-Vidrovitch e H. Moniot, *L'Afrique noire de 1800 à nos jours* (1992), bem como a história do africano (de Burkina Faso, mas formado na Sorbonne) J. Ki Zerbo *Histoire générale de l'Afrique* (1978), a já antiga obra do especialista de África, que visitou por várias vezes os territórios portugueses durante a guerra colonial, Basil Davidson, *Africa. A history of a continent* (1966) e a *Histoire générale de l'Afrique*, editada pela UNESCO (1980 e 1986). No caso dos países de expressão portuguesa, podem citar-se a obra conjunta e geral de Patrick Chaball, David Bimingham, G. Seibert, Elisa Silva Andrade e outros, *A history of postcolonial lusophone Africa* (2002), as obras sobre Moçambique de H. Newitt (*A history of Mozambique*, 1995) e René Pelissier (*La naissance de Mozambique*, 1988, que só abrange o período colonial), as obras sobre a Guiné do mesmo Pelissier, limitando-se também ao período colonial (*La naissance de la Guinée. Portugais et africains en Sénégambie*, 1986), a *História da Guiné e ilhas de Cabo Verde* (1974) do PAIGC, obviamente com uma forte componente ideológica de tipo marxista, a *História geral de Cabo Verde* (1991-2001) que se trata do único projecto conjunto realizado por historiadores africanos (caboverdeanos) e portugueses, dirigida por Luís Albuquerque e Maria Emília Madeira, por enquanto também só limitada ao período colonial, ou a tese de doutoramento de Fernando Pimenta sobre Angola, restrita, porém, ao que chamou o “nacionalismo branco”, *Angola. Os brancos e o nacionalismo* (2007), e ainda as dissertações de Julião Soares Sousa sobre Amílcar Cabral (*Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde*, 2007) e de Ângela Benoliel Coutinho sobre as elites do PAIGC (*Les dirigeants du PAIGC*, 2004). Acrescente-se e saliente-se, a propósito da questão de formação da ideia nacional e das condicionantes que a constituem, inclusivamente na lógica de que o colonialismo tem uma grande importância na formação do espaço, o ensaio, que resulta de investigações feitas sobre Angola e Moçambique, de Isabel Castro Henriques, *Território e identidade* (2004).

A cor da África

Quando foi feito o cartaz e o desdobrável deste encontro, a sua cor dominante era o azul claro. Sugerir ao *designer* que utilizasse outras cores: o amarelo, o ocre ou o azul forte. São essas as cores que marcam a imagem que tenho da África que conheci — sobretudo a Guiné. A cor ocre da terra, os penteados de lama pintada das bajudas das ilhas Bijagós, os panos coloridos por uma tinturaria artesanal. A África, para além do preto, tem cores fortes, na sua terra, na sua arte e nos seus costumes. Como tem

³ *O Nacionalismo na Europa*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

paisagens únicas, apesar das diferenças profundas entre as savanas dos grandes espaços, as florestas tropicais e equatoriais de S. Tomé, as bolanhas da Guiné, ou as montanhas de lava de Cabo Verde. E tem cheiros próprios que jamais esquecemos. Nunca mais esqueci o cheiro de morcegos das noites quentes ou os cheiros das tabancas... Tem cantos de pássaros e ruídos. Enfim, sem pretender apresentar um bilhete postal à maneira da “África minha”, devo dizer que tem, na verdade, o tal sortilégio ou o tal feitiço que se nos agarra e que nunca mais esquecemos.

Mas, a África tem também a cor negra. Recordo que um dia, no tempo da guerra colonial (no ano de 1968, na Guiné), perguntava a uma lavadeira se ela se sentia “portuguesa”. A resposta foi notável. Retorquiu logo “Eu sou africana” e apontava-me para a cor da pele. E, na verdade, nenhum outro continente se identifica pela cor como a África. Vejamos o título da obra dirigida por M’Bokolo, um africano, um congolês natural de Kinshasa, *África negra*.

Com isto queremos dizer, embora não de uma forma simplificada, que a África tem uma cor, que se distinguiu da cor “branca” (que é tudo menos branca) do colonizador. E, na verdade, normalmente ele quis reduzir a África, se não à cor branca (o que seria impossível), pelo menos à supremacia branca, menos da cor da pele do que da “civilização”, ou, melhor, da “civilização” dita europeia ou “ocidental”. De resto, para o colonizador branco, a África era um continente “selvagem” que só se justificava como complemento da Europa. O *apartheid*, forma extrema desse “colonialismo”, curiosamente vigente num Estado que se tornou independente no início do século XX, subsistiu até aos anos noventa do século passado. Mesmo no caso português, pelo menos até aos anos sessenta, conforme provei num artigo pedagógico sobre o tema, há uma lógica proteccionista⁴, como se o português tivesse por dever de “cruzada” proteger o negro, o que difere substancialmente da imagem da multiracialidade que se começa a apresentar como propaganda nos anos cinquenta, tendo-se aceitado, só então, a imagem da acção miscigenadora do português, expendida por Gilberto Freyre nos anos trinta. Se até essa altura se chegou a falar de independência dos territórios coloniais como uma fatalidade histórica, como se pode ver em algumas respostas ao “inquérito colonial” de 1926 publicado pela Imprensa Nacional no início do Estado Novo, em 1934⁵, o que sucedia principalmente com o caso de Angola, que alguns viam com a possibilidade de se poder vir a tornar num “novo Brasil”, o cumprimento dessa realidade teria de passar pelo percurso lógico da sociedade brasileira que se formou não numa concepção descolonizadora, mas numa concepção de independência branca, com a marginalização dos direitos dos índios e dos negros (a escravatura só terminou no Brasil em 1888). Se a sociedade se miscigenou foi afinal menos por razões políticas do que devido a um processo natural de união de raças.

Curiosamente se Salazar não foi capaz de afirmar claramente esse tipo de discurso racista, embora a lei ou a prática do “indigenato” se mantivesse, com a afirmação evidente de que os “indígenas” (note-se o desfasamento linguístico, pois “indígena”

⁴ Cfr. . “«Muitas raças, uma nação’ ou o mito de Portugal multirracial na ‘Europa’ do Estado Novo”, in *Estudos do Século XX*, n.º 2, *Europa-Utopia. Europa-Realidade*. Coimbra, Quarteto – CEIS20, 2002, pp. 147-165.

⁵ Augusto Costa, *Portugal. Vasto Império*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

significa “natural da Índia”) eram de “raça negra” e só em casos devidamente descritos poderiam alcançar a cidadania portuguesa⁶, o certo é que Marcello Caetano foi mais claro nas suas afirmações.

Com efeito, verificamos que Salazar se limita a afirmações “civilizacionais” para separar os pretos dos brancos e para afirmar o proteccionismo dos últimos sobre os primeiros. Apresentamos um exemplo. Num discurso proferido em 1957 ao microfone da Emissora Nacional, afirmava: “Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização...”⁷ E sublinhava, frente à iminência da descolonização e à luta pela independência dos territórios de África: “Se temos juízo, não separemos as colectividades africanas dos seus guias seculares que pouco a pouco, e não como torrente devastadora, lhes vão transmitindo a sua civilização”⁸. Mas, Marcello afinal ia mais longe, apesar de hoje poder por vezes aparecer, numa imagem histórica, de que tendia a dar maior autonomia às “províncias ultramarinas” e mesmo para transformar Portugal num Estado federal, o que parece ser verdade, de acordo com o seu próprio testemunho, ainda que essa proposta feita a Salazar, como conselheiro de Estado, foi-o em 1962, mas não foi a posição que adoptou como presidente do Conselho⁹. Na realidade, como ministro das Colónias, numa viagem que fez a Angola e Moçambique em 1945, tomou posição clara contra a miscigenação, através de palavras que vale a pena reproduzir e salientar:

Num só ponto deveremos ser rigorosos quanto à separação racial: no respeitante aos cruzamentos familiares ou ocasionais entre pretos e brancos, fonte de perturbações graves na vida social de europeus e indígenas, e origem do grave problema do mestiçamento, grave, digo, senão sob o aspecto biológico, tão controvertido e sobre o qual não me cabe tomar posição, ao menos sob o aspecto sociológico. Mas se convém evitar ou reprimir esses cruzamentos raciais, o que não se justifica é qualquer hostilidade contra os mestiços, só por o serem, pois não lhes cabe a culpa de terem nascido, e se erro paterno houve não é justo que o paguem como vítimas inocentes.

Há que responsabilizar os pais que abandonem os filhos mestiços a um destino incerto; e não pode a sociedade desinteressar-se da sorte desses elementos que poderão ser, quando educados, elementos úteis na obra colonizadora, assim como, abandonados e miseráveis, se poderiam tornar em perigosos agentes perturbadores.¹⁰

⁶ Pode ler-se no artigo 2.º do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (decreto lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954: “Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a instrução e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.”

⁷ «A Atmosfera mundial e os problemas nacionais», discurso proferido em 1 de Novembro de 1957, ao microfone da Emissora Nacional, *Discursos*, V, p. 427.

⁸ Entrevista cit., *Discursos*, vol. VI, p. 27.

⁹ Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro – S. Paulo, Centro do Livro Brasileiro - Distribuidora Record, 1974, pp. 219-220.

¹⁰ Comunicação à Colónia, por intermédio do Rádio Clube de Moçambique, em 7 de Setembro de 1945, in *Alguns discursos e relatórios. Viagem ministerial a África em 1945*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, pp. 56-57.

E, numa obra de 1953, já depois de as “colónias” se terem transformado oficialmente em “províncias ultramarinas”, afirmava:

Os pretos em África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus mas são indispensáveis como auxiliares destes. Ao afirmá-lo não parto de qualquer preconceito — formulo mera observação. Pode num caso ou noutra uma família europeia em África prescindir do trabalho dos indígenas: em conjunto, a economia africana não pode passar sem ele. Por outro lado os africanos não souberam valorizar sozinhos os territórios que habitam há milénios, não se lhes deve nenhuma invenção útil, nenhuma descoberta técnica aproveitável, nenhuma conquista que conte na evolução da Humanidade, nada que se pareça ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos.

Por enquanto, pois os negros em África devem ser olhados como elementos produtores enquadrados ou a enquadrar numa economia dirigida pelos brancos. Mas não podem deixar de ser atentamente considerados como um dos mais importantes factores dessa economia.¹¹

Portanto, até 1961 foi política de Portugal para com os negros naturais das colónias mantê-los numa posição de subalternidade e se o juízo de Marcello Caetano se aproximou alguma vez da possibilidade de vir a conceder a independência às “províncias ultramarinas”, ou a algumas “províncias”, tal independência seria pensada como uma independência branca com subordinação dos negros. Por isso, sob o Estado Novo — mesmo em termos da “renovação na continuidade” marcelista —, seria impossível transformar essencialmente a nossa política colonial e nunca se poderia pensar resolver esse problema a não ser através da guerra, que se dizia “defensiva”. Na verdade, alguns outros Estados coloniais passaram pelo mesmo trajecto, embora com percursos um pouco diferentes, numa lógica de *Commonwealth* ou de *Françafrique*¹². Evidentemente que o Estado autoritário de “partido único” ou de “ideia única” não facilitava o debate democrático sobre o tema, que só poderia verificar-se — e não se verificou devido ao processo relâmpago de independência — em situação democrática.

A afirmação da superioridade branca pelos colonialismos, bem como por norteamericanos no seu próprio país, ou em alguns dos seus Estados, com leis de *apartheid* até anos próximos (de onde a luta de Martin Luther King, assassinado em 1968) e com a formação do Ku Klux Klan, originou, obviamente, uma reacção negra que ao longo do tempo, desde o fim do século XIX, se foi formando e evoluindo. O jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) é um dos casos mais conhecidos que gerou o movimento africanista conhecido por “graveyismo”. O norte americano William Du Bois (1868-1963), defensor da igualdade entre as raças, foi o verdadeiro adepto do pan-africanismo, que se foi desdobrando na organização de instituições, de que a ANC sul-africana é a mais conhecida, em congressos e em publicações. A Organização da Unidade Africana (OUA), criada a 25 de Maio de 1963 em Addis-Abeba, Etiópia, através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos

¹¹ *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 16.

¹² Ver E.-X. Verschave, *La Françafrique*, Paris, Stock, 1988.

independentes, marca afinal o princípio fundamental da lógica pan-africanista¹³. No contexto das teses de Du Bois gravitaram líderes africanos como o queniano Jomo Kenyatta (1894?-1978) ou o ganês Kwame Nkruma (1909-1972). O martiniquense Frantz Fanon (1925-1961), o haitiano Jean-Price Mars (1876-1969), o escritor da Martinica Aimé Césaire (n. 1913) ou o senegalês Léopold Senghor (196-2001), ou, se quisermos referir-nos ao espaço lusófono, Amílcar Cabral (1924-1973) ou Agostinho Neto (1922-1979), fazem enveredar as teses africanistas pela via intelectual, como conceito de “negritude”¹⁴. Portanto, por uma via ou por outra, o pan-africanismo foi-se desenvolvendo e, de algum modo, afirmou e reforçou a ideia de “África negra” que foi responsável também pelo anti-europeísmo que tem caracterizado a vida política no “continente negro” ou mesmo a lógica da organização de partidos que não eram favoráveis à presença branca, como sucedeu — de acordo com os estudos de Fernando Pimenta — com o MPLA, apesar de alguns brancos terem estado presentes na acção nacionalista do principal partido de Angola¹⁵.

As independências, as fronteiras, as línguas, as etnias, as culturas...

Se a História é por si mesma uma ciência complexa, pode dizer-se que a História da África é de uma complexidade ainda maior. Trata-se — como é sabido — de um continente onde a independência dos países surgiu recentemente, à excepção dos casos da Etiópia, país secular, da Libéria, formada em 1847 pelos escravos libertados, do Egipto, independente em 1922, apesar da influência inglesa da guerra e do pós guerra, que levou inclusivamente ao golpe de Estado de Nasser, e à substituição da monarquia por uma república socialista, pela República da África do Sul, independente da Commonwealth em 31 de Maio de 1961, sucedendo à União Sul-Africana (criada em 1910), mas mantendo a fórmula racista do *apartheid*, pela Líbia, independente em 1951, o Sudão, independente em 1956, a Tunísia, a que a França concedeu a independência em 1956, Marrocos, cujo processo de independência se verificou também no final dos anos cinquenta, e o Gana, que obteve a independência do Reino Unido (*Golden Coast Colony*) em 1957. E estes países, à excepção do Egipto, da África do Sul, de Marrocos, do Gana e, até certo ponto, da Tunísia, mantêm regimes autoritários. Lembremos que a famosa Conferência de Bandung, reunida com o objectivo de estabelecer relações afro-asiáticas com a finalidade de se opor ao neocolonialismo e ao imperialismo, realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955, na Indonésia, contou apenas com a presença de quatro países africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egipto). O processo das independências da maioria dos países verifica-se no final dos anos cinquenta, de forma pacífica ou violenta, no caso do antigo Congo Belga, sobretudo na área dos países francófonos, exceptuando o caso da Argélia que, como sabemos,

¹³ A OUA foi substituída em 2002 pela União Africana, que pretendia ser o equivalente à União Europeia.

¹⁴ Ver M’Bokolo, *ob. cit.*, p. 471 ss.

¹⁵ Cfr. Fernando Pimenta, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Afrontamento, 2006.

teve um processo bem mais dramático nos anos sessenta. Os territórios portugueses só alcançaram a independência nos anos setenta e a Namíbia só se tornou independente da África do Sul (após ter sido libertada do domínio alemão), depois de uma violenta luta empreendida pela SWAPO (South-West Africa People's Organisation), em 1990. A Rodésia (do Sul) alcançou uma independência branca em 1965, por Ian Smith, a que se opôs Mugabe, que a transformou no Zimbábwe, onde domina de forma autocrática, o que provocou, como se sabe, alguns problemas diplomáticos por altura da cimeira entre a UE e a UA que se realizou recentemente em Lisboa. A Rodésia do Norte é independente desde 1965 com o nome de Zâmbia.

São apenas notas de geografia política para nos apercebermos, superficialmente, da complexidade da história da África, complexidade que se avoluma sobretudo depois do fim do século XIX, nomeadamente depois da conferência de Berlim, de 1884-1885, por potências colonizadoras europeias. A África foi então objecto de partilhas de poder e de domínio e os novos territórios que se formaram não resultaram propriamente de formações políticas de fundo étnico que foram criando os seus países independentes. Pode dizer-se que algo de idêntico se passou com o “Velho Continente”, a Europa, onde afinal as fronteiras foram mudando e em que Estados como a Alemanha ou a Itália se formaram somente depois dos meados do século XIX, ou, no caso dos países mais a Oriente, onde se verificaram grandes composições espaciais e étnicas artificiais, como na URSS, que se desfizeram na década de oitenta do século XX, ou nos Balcãs, onde sugeriram pequenos países (“balcanização”) que foram depois anexados na grande Jugoslávia de Tito, mas que voltaram a formar-se como pequenos territórios independentes após a queda do comunismo, com guerras violentíssimas, fratricidas e criminosas.

Seja como for, a realidade da África é ainda mais complexa, pois fronteiras atravessaram acidentes naturais e etnias, que de resto, existem em grandes quantidades. Basta dizer que na Guiné-Bissau, que é um território que corresponde à terça parte de Portugal continental, existem cerca de trinta. No entanto, logo desde o início do processo da independência dos Estados africanos verificou-se a importância de não alterar as fronteiras, pelo que na primeira conferência da OUA no Cairo, em 1964, os Estados presentes declararam que respeitariam os seus limites. Portanto, ainda que tal não se tivesse verificado, pois as convulsões políticas — por vezes étnicas (recorde-se no Ruanda as lutas entre a maioria tutsi e hutus), mas sempre por razões de domínio pessoal e por motivos económicos, em certos casos por pressões externas — foram constantes, o certo é que se procurou respeitar essa herança do colonialismo. Do mesmo modo, pesem embora a diversidade linguísticas naturais, procurou respeitar-se a língua do colonizador, mesmo no seio de processos independentistas de guerrilha, como se vê pelo “livro de leitura” editado pelo PAIGC¹⁶.

Aliás, os processos culturais do países colonizadores foram os mais respeitados e seguidos nos seus aspectos positivos, dado que os líderes eram formados muitas vezes no seio das escolas do Estado europeu dominador. Veja-se o caso dos líderes da Guiné-Bissau e de Angola, Amílcar Cabral e Agostinho Neto, um formado em

¹⁶ *O nosso primeiro livro de leitura*, Departamento, Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros do Comité Central do P.A.I.G.C., 1966.

Agronomia e outro em Medicina, e ambos militantes de correntes políticas africanas de oposição ao Estado Novo que, em 1944, criou a Casa dos Estuantes do Império. Por isso o seu percurso é muito interessante e deve ser estudado pelos historiadores como fez Julião Soares Sousa para o caso de Amílcar Cabral e possivelmente o fará João Tiago de Sousa para o caso de Eduardo Mondlane, este formado no âmbito de missões protestantes, como no âmbito das missões católicas foram formados Mário Pinto de Andrade e o seu irmão padre Joaquim Pinto de Andrade. E no âmbito escolar português foram formadas algumas das elites africanas — Mariana Lagarto Santos, numa simples amostragem, procurou, por isso, afinal mostrar o significado que pode ter o estudo dos manuais do período colonial. A elite política de S. Tomé, como Francisco Tenreiro ou Alda Espírito Santo, cuja poesia aqui foi analisada por Alda Neves — a quem se deve um singular impulso que foi dado à literatura africana de expressão portuguesa, sobretudo sãotomense — foram formados na escola portuguesa. E nem falemos no caso mais do que evidente da formação de caboverdeanos. Toda a formação do espírito nacional caboverdeano se constituiu num processo colonial, com as suas características intrínsecas e as suas representações, conforme a pesquisa feita por Sérgio Neto e por Vítor Barros para o caso da revista *Clareza*.

Em conclusão, poderá dizer-se que é fundamental conhecer o colonialismo para se entender o anticolonialismo. É importante conhecer no nosso caso, a escola, como é necessário conhecer o sistema colonial que se formou, de modo diferente, consoante as condições da colónia que, no caso da Guiné, não é tanto uma “colónia”, no sentido preciso do termo, mas uma feitoria, tendo por isso aqui o sistema de indigenato vigente (como em Angola e Moçambique) até 1961 sido responsável pela livre afirmação de culturas autóctones importantes na formação da guerrilha, nas suas linhas de força e nos seus conflitos, conforme avaliou Ângela Benoliel Coutinho.

Mesmo o problema das fronteiras tem que ver com a realidade colonial portuguesa, pois a unidade que se conferiu aos territórios teve tal importância que nenhuma secessão se verificou mesmo nos grandes espaços como Moçambique ou Angola, neste caso apesar do enclave de Cabinda.

Pátria, Nação, Estado-Nação e Estado-Nação-Partido

Na linguagem do século XVIII, “pátria” significava a terra dos nossos pais ou a terra onde se nasceu. Veja-se para confirmá-lo a *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Por isso o amor à terra é a primeira forma de criação de um espírito de comunidade organizada. Na África (será preciso verificar se esse tipo de conceitos existe nas linguagens locais) será a família — com laços muito fortes —, a aldeia, a etnia a que se pertence, com os seus costumes e crenças religiosas. O conceito de “Nação” tem já um sentido de maior organização, mas pode também ser utilizado vagamente no sentido de pátria ou como agrupamento mais ou menos lato. Falava-se da “nação judaica” (“*gente de nação*” ou de “nação”), no Brasil falava-se de nações africanas mais ou menos precisas (os bantos, por exemplo), como se falava de “nações” nas universidades medievais que poderiam não coincidir exactamente com o Estados em formação ou, se se quiser, com os poderes de suserania ou de soberania.

Como se costuma dizer, a ideia de “Nação” em conjugação com “Estado” é recente e há Estados importantes que só criaram este conceito na segunda metade do século XIX, como sucede na Alemanha e na Itália e há ainda na Europa “nações” que procuram ser Estados como sucede no Kosovo. Na África foram territórios mais ou menos definidos em estatuto colonial que deram origem a Estados-Nações, formados depressa e em boa parte artificialmente, ou seja, como “comunidades imaginadas”, de forma política e em função das elites negras, e resultantes de lutas anticoloniais ou de simples concessão da potência colonizadora. Desta forma, compreende-se a pouca solidez ainda dos Estados-Nações, Estados que muitas vezes resultam menos de factores de etnicidade que une, mas que resultam de uma multiplicidade de culturas ou da autoridade de certos políticos, que fizeram da política não um serviço, mas um poder pessoal ou dinástico. Daí formarem-se Estados-Nações-Partidos, apesar de muitas vezes esses Estados se chamarem ou terem chamado “Populares” ou “Socialistas”. O marxismo adaptou-se mal a sociedades que não conheceram a luta de classes ou que só agora conhecem a luta de classes ou a conheceram de uma forma especial, na lógica da subordinação do negro ao branco, fosse ele de que classe fosse. Assim, as constituições socialistas apareceram como um “artifício”, como poderá suceder com as constituições democráticas, tendo em conta a dificuldade de certos povos de África compreenderem a lógica democrática que passa por certo tipo de uniformização e não passa por “autonomias” e “autarquias” que existem naturalmente na sua cultura e na sua tradição organizativa.

Assim, os novos países africanos tiveram e têm que, em pouco tempo, constituírem uma “história”, com os seus símbolos (o mapa, a bandeira, o hino ou os seus “heróis”, com a natural destruição dos heróis coloniais, que só foram integrados, no caso dos territórios que foram portugueses, em Cabo Verde, onde não há memória de ter havido uma lei ou uma prática de indigenato), as suas culturas e as suas escolas (a língua unificadora, os museus, as universidades, as literaturas, os seus livros...). Daí que seja fundamental para a história da África estudar o fenómeno linguístico (aqui sondado por Líliliana Inverno), a representação dos “heróis nacionais” (o “combatente ideal do PAIGC — Ângela Benoliel), as artes nacionais (Nuno Porto), os seus escritores (Pepetela — por José Carlos Venâncio, Agostinho Neto — por José Pires Laranjeira, Alda Espírito Santo — por Alda Neves), os seus mitos (Gugunhana — por José Luís Lima Garcia), ou o processo de formação e representação da nação (na diversidade cultural de Angola — Manuel Laranjeira Rodrigues Areia, ou no pensamento de Amílcar Cabral — Julião Soares Sousa)...

História Contemporânea e História Contemporânea de África

Como se vê, “fazer história” da África é enfrentar um desafio complexo, pois aqui o historiador, como historiador contemporaneísta e contemporaneísta de África, tem de ser sociólogo, economista, antropólogo, politólogo, linguísta... ou tem de ser um especialista em cada uma dessas categorias a trabalhar em projectos interdisciplinares que tem a História como coluna vertebral. Por isso a História é o grande desafio para a África, que só poderá ter um rumo científico se aliado a uma luta dos historiadores europeus. Apesar de alguns avanços significativos, a História mal começou a fazer-se

na África, mas está em crise na Europa, onde o rigor e a objectividade da análise e da síntese estão a ser substituídos pela superficialidade e por ideologias inconfessáveis ou confessáveis que vêm ao de cima, como sucede com a ideologia salazarista e a personalidade de Salazar, hoje objecto de moda e por vezes, de discursos de compreensão e de justificação produzidos por pseudo-historiadores.

Ou seja, é preciso ressuscitar os combates pela História dos anos cinquenta, não no sentido de criar uma concepção estruturalista, historicista e finalista em que por vezes caiu, mas com a finalidade de ultrapassar, pelo rigor, o relativismo, o subjectivismo, o pragmatismo, numa palavra, a historiografia ideológica ou a ideologia historiográfica que está a regressar como uma “velha senhora”, no contexto da grande ideia de que estamos numa época pós-moderna, perfeitamente inserida numa lógica neo-liberal, em que o saber científico é, em certos casos, substituído pelo pseudo “saber cultural”, de “divulgação”.

Este encontro procurou ser um simples contributo para se perceber a importância da História da África Contemporânea, que é necessário construir, na sequência de algumas outras iniciativas e obras publicadas. Oxalá venha a ter continuidade, vindo a realizar-se o tal Congresso Internacional, de que falámos no início destas nossas palavras, que pretendem simplesmente encerrar este Encontro.

